

Proposta de revisão quadro regulamentar

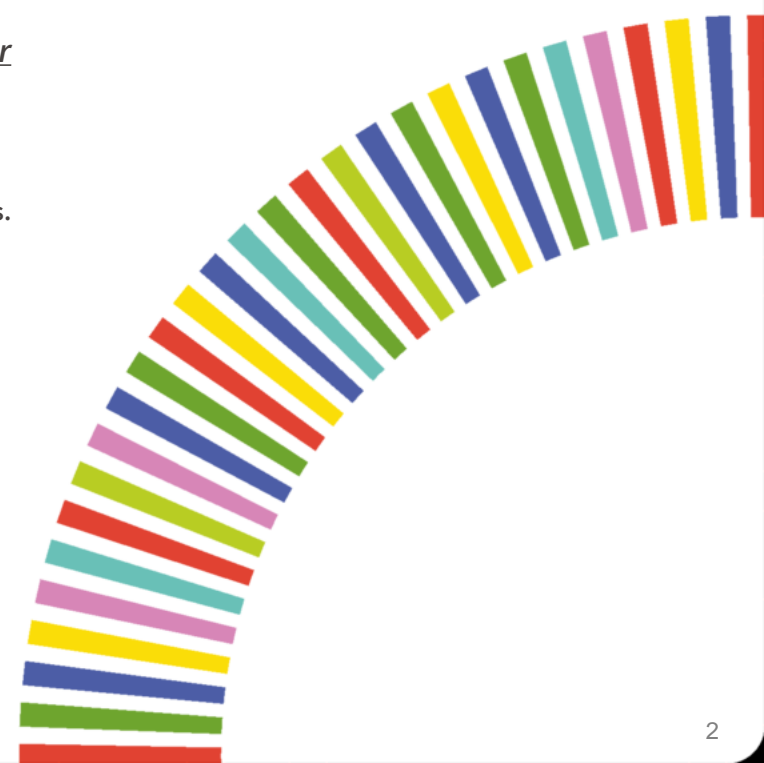
Serviço Universal

Workshop ANACOM, 8 novembro 2016

Foco na acessibilidade dos serviços de acesso à internet e voz fixa em detrimento da disponibilidade de acesso. Imposição financiamento público

Member State intervention should focus on affordability of available connectivity rather than on the deployment of networks, for which better tools exist. (pág. 18)

The net costs of universal service obligations should be recovered via public funds. (cons. 221)



Haverá de facto um reequilíbrio entre acessibilidade e disponibilidade, passando a designação de prestador(es) SU a ser excecional e geograficamente limitada?



Acessibilidade
(art. 80º)

Disponibilidade de acesso
(art. 81º)

Medidas previstas

Tarifas sociais

Apoio direto

Direito de contratação

Designação de prestador(es)

Questões

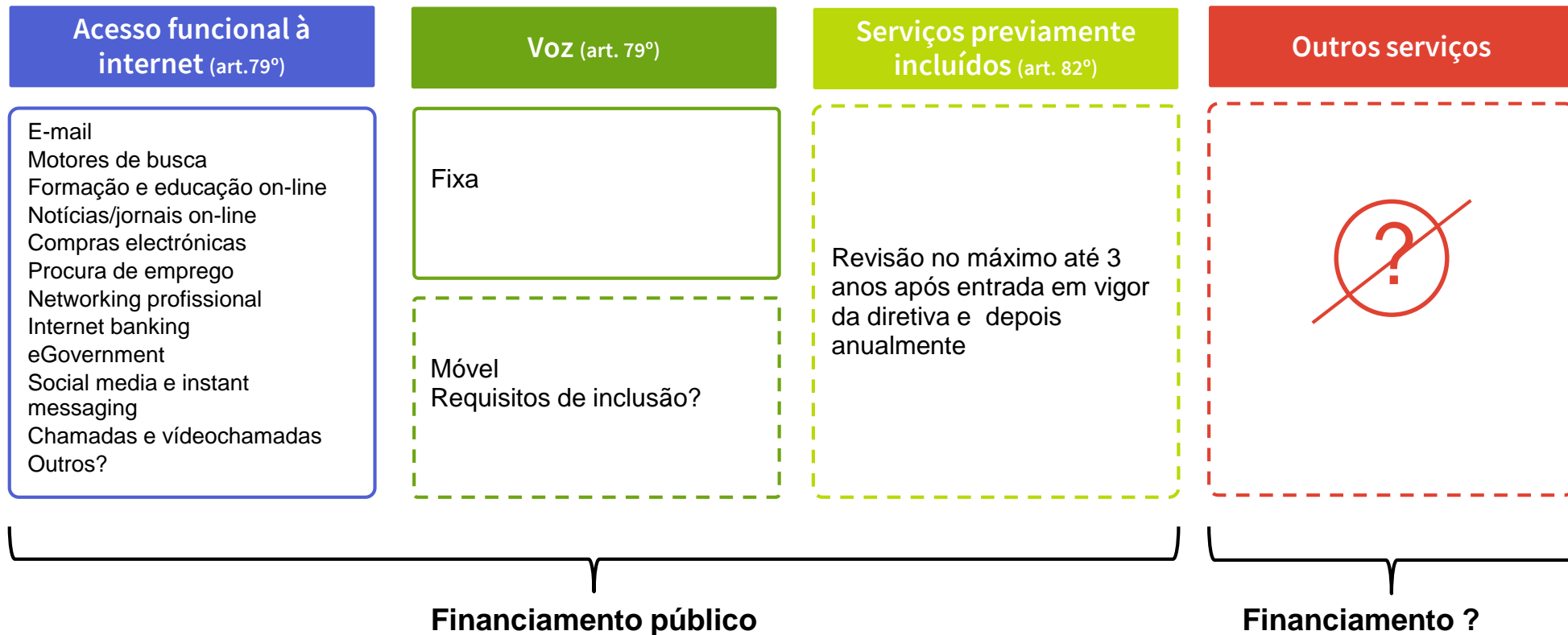
Todos ou alguns prestadores?
Igual para todos os prestadores?
Critério para encargo excessivo?
Financiamento?

Quais os critérios para definir que as tarifas sociais são insuficientes?

Extensão a todos os prestadores da obrigação de contratar?

Apenas nas zonas de exclusão digital em todo o território?
Como se assegura que nenhum *player* fica excluído *à priori*?
Critérios de razoabilidade dos pedidos?

Além do acesso à Internet e serviço de voz fixa e, eventualmente, móvel, a inclusão de serviços adicionais no âmbito do SU está limitada aos serviços pré-existentes?



Obrigada

Mafalda Morais
Mafalda.morais@nos.pt

